



DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL

1. Localização

Distrito	Faro		
Município	Castro Marim		
Data:	04/02/2026	Hora:	16 : 00

2. Natureza do Evento

A conjugação de fatores de risco hidrológico suscetíveis de provocar cheias no troço internacional e terminal do rio Guadiana, designadamente o aumento significativo e sustentado dos caudais, resultante das descargas efetuadas pelas barragens de Alqueva e Pedrógão, em território nacional, e da barragem de Chanza, em território espanhol, bem como das contribuições dos restantes afluentes da bacia do Guadiana, agravadas pela precipitação persistente que se encontra a ocorrer na bacia hidrográfica, bem como a previsão de manutenção de caudais elevados nas próximas horas e a influência das marés no estuário do Guadiana, fatores que, em conjunto, condicionam de forma significativa a capacidade de escoamento do sistema fluvial, constituem um cenário de risco acrescido para as zonas ribeirinhas do concelho de Castro Marim, com potenciais impactos em pessoas, bens, infraestruturas, acessibilidades e atividades económicas, justificando a ativação de mecanismos excecionais de coordenação no âmbito do Sistema de Emergência e Proteção Civil, pelo que é declarada a situação de alerta, pela Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 13.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na redação conferida pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto).

3. Âmbito Territorial e Temporal

A presente declaração da situação de alerta tem uma abrangência territorial a todo o concelho de Castro Marim, com especial incidência nas zonas ribeirinhas e áreas potencialmente inundáveis, e produz efeitos imediatos, mantendo-se em vigor enquanto subsistirem as condições que a determinaram, sendo objeto de reavaliação permanente em função da evolução hidrometeorológica e operacional.

4. Acionamento da Comissão Municipal

Para os efeitos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 27/2006 (com as alterações introduzidas pela Lei orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto), foi acionada a CMPC de Castro Marim, para reunião extraordinária, tendo em vista, nomeadamente, proceder à coordenação política das ações a desenvolver e dar parecer quanto à necessidade de ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castro Marim (PMEPCCM).

5. Estruturas de Coordenação e Controlo dos Meios e Recursos

A Estrutura de Coordenação e Controlo na situação de alerta declarada é o SMPC, em articulação com a GNR, Autoridade marítima e CB, o qual se necessário, recorrerá aos meios disponíveis e previstos no PMEPCCM.



DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL

6. Medidas a Adotar

Os procedimentos a utilizar para a coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de proteção civil, bem como dos recursos a utilizar, são os previstos no PMEPCCM, o qual define também os procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança.

6.1 Medidas Preventivas e Medidas Especiais de Reação

Sem prejuízo do disposto no PMEPCCM, adotam-se, ainda, as seguintes medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação:

Informação e aviso à população ribeirinha através das redes sociais

Informação e aviso orientado para a ERPI instalada em zona vulnerável

Informação e aviso orientado para população com residência em zona de vulnerável

Informação e aviso orientado para proprietários com estruturas agrícolas / piscatórias em zona vulnerável

Sinalização de arruamentos cronicamente inundáveis por marés vivas, em Castro Marim

Articulação entre o Executivo municipal, SMPC, APC do território e EC, que contribuam para a resposta municipal, para partilha de informação e definição de atuação

Vigilância ativa com 2op e viatura TT do SMPC no período crítico prévio e posterior à preia mar (das 03h até às 06h) de 05FEV, nas zonas mais vulneráveis de inundação

Restantes equipas SMPC em Prontidão e equipas do município em Disponibilidade.

Reforço do dispositivo operacional dos agentes de proteção civil, designadamente bombeiros, forças de segurança e serviços municipais

Condicionamento ou interdição preventiva de acessos às zonas ribeirinhas e áreas inundáveis

Preparação de eventuais ações de evacuação preventiva, caso a evolução da situação o justifique

Informar a população para recorrer à Linha de atendimento permanente do Quartel dos Bombeiros de VRSA CM, ou em alternativa ao 112

6.2 Avisos à População

(indicar, caso se considere necessário, as principais mensagens a difundir à população)

Em complemento com os Avisos à população já emitidos ontem, dia 3 de Fevereiro, reforça-se o seguinte mensagem: "A população deve salvaguardar a sua segurança e do seu património, adotando as medidas preventivas que sejam necessárias, nomeadamente:

- RETIRAR ANIMAIS DOMÉSTICOS E OUTROS, DAS ZONAS INUNDÁVEIS;
- REMOVER DAS ZONAS INUNDÁVEIS, TRATORES, VEÍCULOS, ALFAIAS E MOTORES DE REGA;
- FIXAR ESTRUTURAS QUE POSSAM EVENTUALMENTE SER ARRASTADAS;
- REMOVER OBJETOS E OUTROS MATERIAIS OU RESÍDUOS QUE ESTEJAM DEPOSITADOS NAS ZONAS INUNDÁVEIS;
- NÃO CIRCULAR NAS ZONAS INUNDADAS OU EM RISCO DE EMINENTE INUNDAÇÃO;
- NÃO ESTACIONAR EM GARAGENS NAS ZONAS VULNERÁVEIS."



DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL

6.3 Meios de Divulgação dos Avisos

Os avisos à população serão efetuados seguindo os procedimentos e os meios previstos no PMEPCCM, nomeadamente através das redes sociais e da comunicação social.

7. Elaboração de Relatórios

A Estrutura de Coordenação e Controlo irá elaborar relatórios, sobre o grau de implementação das medidas preventivas e/ou especiais de reação, de acordo com o modelo previsto no PMEPCCM.

8. Deveres de Colaboração

8.1. No âmbito do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 27/2006 (na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto), é obrigatório o cumprimento das disposições decorrentes da emissão desta declaração da situação de alerta por parte de:

- a. Cidadãos e demais entidades privadas que têm o dever de colaborar na prossecução dos fins da proteção civil, observando as disposições preventivas das leis e regulamentos, acatando ordens, instruções e conselhos dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança interna e pela proteção civil e satisfazendo prontamente as solicitações que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes;
- b. Funcionários e agentes do Estado e das pessoas coletivas de direito público, bem como dos membros dos órgãos de gestão das empresas públicas, que têm o dever especial de colaboração com os organismos de proteção civil;
- c. Responsáveis pela administração, direção ou chefia de empresas privadas cuja laboração, pela natureza da sua atividade, esteja sujeita a qualquer forma específica de licenciamento têm, igualmente, o dever especial de colaboração com os órgãos e agentes de proteção civil.

8.2. A desobediência e resistência às ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas na vigência e no âmbito da situação de alerta declarada, são sancionadas nos termos da lei penal e as respetivas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo.

8.3. A violação do previsto nas alíneas b) e c) de 7.1 implica, consoante os casos, responsabilidade criminal e disciplinar, nos termos da lei.

8.4. Nos termos do n.º 1, do artigo 11.º, da Lei n.º 27/2006, todos os cidadãos e demais entidades privadas, estão obrigados, na área abrangida pela presente declaração, a prestar às autoridades de proteção civil, a colaboração pessoal que lhes for requerida, respeitando as ordens e orientações que lhes forem dirigidas e correspondendo às respetivas solicitações.



DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Castro Marim
Serviço Municipal de Proteção Civil

9. Obrigação Especial de Colaboração dos Órgãos de Comunicação Social

Nos termos do n.º 4, do artigo 14.º, da Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, a presente declaração da situação de alerta determina a obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões, com a Estrutura de Coordenação prevista no âmbito desta declaração, visando a divulgação de informações relevantes relativas à situação.

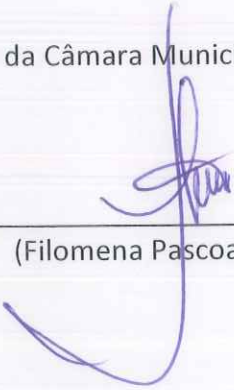
10. Publicação

A presente declaração, bem como a sua prorrogação, alteração ou revogação, é publicada por Edital a ser afixado nos lugares de estilo.

Será também assegurada a sua divulgação pública na página da internet do município (indicar o sítio da internet).

Castro Marim, 4 de Fevereiro de 2026

A Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim,



(Filomena Pascoal Sintra)